

**ENSINO DE NORMA PADRÃO:
O ACENTO INDICADOR DE CRASE NO “À”**

Antonio Cilírio da Silva Neto (UFT)

acilirio@bol.com.br

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@uft.edu.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o ensino de crase e da sua normatividade na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno, tendo-a como principal referência para esta pesquisa. Por outro lado, resolveu-se, ainda, buscar em outros compêndios gramaticais as formas de abordagem deste mesmo objeto. Verificar o uso do acento grave na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* nos fez averiguar a sua validade como suporte de ensino. Metodologicamente, elegeu-se como critério a disponibilidade do material e uma avaliação pré-concebida de que uma das gramáticas estudadas na disciplina de linguística e ensino teria que apresentar uma postura dita mais "pedagógica", no entanto, utilizamos outros compêndios gramaticais para tentar responder a pergunta: qual a utilidade do ensino da norma no tocante ao acento indicador de crase no “à”?

Palavras chave: Ensino de norma. Uso da crase. Compêndios gramaticais.

1. Considerações iniciais

Cabe aqui refletir sobre o ensino de língua portuguesa e das gramáticas em relação ao ensino e usos do "a" craseado. Além de tomar a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno, como principal referência para esta pesquisa, resolveu-se, ainda, buscar em outros compêndios gramaticais as formas de abordagem deste mesmo objeto. Refletir sobre a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno, e sobre sua utilidade para o ensino da norma padrão, assim como averiguar qual sua validade como suporte de ensino, elegeu-se como critério a disponibilidade do material e uma avaliação pré-concebida de que uma das gramáticas teria que apresentar uma postura mais tradicional. Tenta-se responder então uma pergunta: qual a utilidade para o ensino da norma padrão da preposição “a”, no tocante ao ensino do acento indicador de crase no “à”?

Primeiramente, cabe dizer também que a palavra *logos* ([lego = dizer], é a coisa dita, palavra, frase, pensamento, texto, discurso) indicava o surgimento de conceitos ligados a enunciado. Era o homem dando inf-

cio aos estudos linguísticos. A tradição dos estudos linguísticos na Europa vem da cultura da Grécia Antiga com Heráclito, Platão e Aristóteles.

Para Heráclito, o signo era constituído pelo *lógos* [significado] que cria o *épos* [significante] que, por sua vez, designa o *érgon* [referente]. Para Platão, o signo era composto pelo *nómos* [nome], pelo *eidós* [ideia] e pelo *prágma* [coisa].

Já para Aristóteles, o signo era composto pelo *ónoma*, pela *pathémata* e pela *prágmata* e, ainda, era dividido em três categorias: homonímia, paronímia e sinonímia que eram os modos discursivos, as formas de nomear o mundo.

Dessa forma, falar de gramática cabe ter a noção de gramática como um “aparato que arranja os sentidos na língua”, um mecanismo que nos permite “ensopar de precisão a nossa língua”, ou que nos faz “perder nos trilhos de por onde ir” (NEVES, 2012, p. 24). Entre outros dizeres, a gramática ora pode nos ajudar a organizar a língua, ora pode nos deixar de fora de tal organização.

Sendo assim, essa autora postula que, para se falar de visão de gramática na vivência da linguagem, será preciso falar de “análise meta-linguística do uso da linguagem”, o que irá implicar na criação em si do “objeto”, do qual se cria os fatos de linguagem; de um “viés teórico” que determina os fatos da linguagem. Ou seja, Maria Helena de Moura Neves diz que a criação da gramática só foi possível porque anteriormente houve a “vivência linguística” a partir de uma tradição, de uma história; como também a teoria de análise, “na compreensão do funcionamento linguístico” (2012, p. 26) que busque reflexão sobre a linguagem; afirma, ainda, que a vivência poética à cena de nossa tradição ocidental é herdeira das reflexões gregas sobre linguagem, e é nesse escancaramento da linguagem, da língua que se pode perguntar: o que é que pode a gramática?

Para tal resposta, Maria Helena de Moura Neves (2012) diz que na linguagem, a força da palavra se confunde com a força do corpo e da natureza. Entre a força da palavra e a força da ação a linguagem conduz as ações, mas se distingue delas, pois na força da palavra se dá a significação da vida, da natureza. A linguagem é distinta das coisas, ela tem um poder de ação legitimado por uma força que não é do ato físico, mas sim da força do corpo, da ação. Diante disso, passa-se, a partir desse ponto, ao estudo das gramáticas e do tema a ser abordado neste trabalho, o acento indicador de crase no “à”.

2. Gramáticas do português e o “a” craseado

A análise comparativa que se pretende realizar neste artigo tornar-se-ia muito extensa se empreendesse englobar todos os tópicos que compõem as gramáticas deste *corpus*, tornando assim o trabalho laborioso e muito complexo, praticamente inviabilizaria o projeto em virtude do tempo e espaço de que se disponibilizou para executá-lo. Tendo consciência deste percalço, optou-se por realizar uma análise comparativa de apenas um assunto, desta forma elegeram-se o tema “a” craseado para realização deste estudo.

Tomando a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno, como principal referência para esta pesquisa, resolveu-se, ainda, buscar em outros compêndios gramaticais as formas de abordagem deste mesmo objeto. Assim, elegendo como critério a disponibilidade do material e uma avaliação pré-concebida de que uma das gramáticas teria que apresentar uma postura mais tradicional, escolheu-se as seguintes gramáticas para realizar o estudo: *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves; *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Luis Filipe Lindley Cintra, *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara e *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho, esse último como suporte de pesquisa no tocante ao uso da preposição “a” e “para” especialmente.

3. A Moderna Gramática Portuguesa

A *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, foi publicada pela primeira vez em 1961 e trazia em seu prefácio, escrito pelo autor, a indicação de que se tratava de um compêndio escolar que se destinava aos que atuavam no magistério, aos alunos e a quem se interessasse pelo ensino e aprendizagem do nosso idioma.

Evanildo Bechara afirmava que sua obra trazia “um tratamento novo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava” (2001, p. 21), que era escrita em estilo simples e que a disposição das matérias tinha sido organizada baseando-se no modelo clássico, no entanto, quase todos os assuntos que compunham o livro tinham passado por uma revisão e muitos se encontravam com um desenvolvimento ainda não experimentado em trabalho similar.

O assunto que escolhemos para análise neste trabalho encontra-se

na terceira grande seção desta gramática – Gramática descritiva e normativa – em que o autor aborda as classes de palavras. A preposição é a oitava classe de palavra, de um total de dez, a ser tratada nesta obra e é justamente nesta categoria, ao abordar a preposição “a”, que se encontra a seguinte definição deste autor sobre o “a” craseado:

Emprego de à acentuado – Emprega-se o acento grave no *a* para indicar que soa como vogal aberta nos seguintes casos:

1º) quando representa a construção da preposição *a* com o artigo *a* ou o início de *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo*, fenômeno que em gramática se chama crase:

Fui à cidade

O verbo *ir* pede a preposição *a*; o substantivo *cidade* pede o artigo feminino *a*: Fui *a a* cidade.

2º) quando representa a pura preposição *a* que rege um substantivo feminino singular, formando uma locução adverbial que, por motivo de clareza, vem assinalada com acento diferencial: à força, à míngua, à bala, à faca, à espada, à fome, à sede, à pressa, à noite, à tarde etc. [...] (BECHARA, 2001, p. 308)

Segundo Evanildo Bechara, o acento deve ser utilizado em duas situações distintas, tendo a função esclarecedora para diferenciar a locução adverbial ou para realizar a diferenciação de pronúncia entre o [a] que indicaria que a vogal estaria exercendo a função de artigo e o [ə] que indicaria a união da preposição “a” com o artigo “a”. Após indicar a presença do acento grave indicador de crase nestas duas ocorrências, o autor enumera quatro arranjos estruturais passíveis de ocorrência de crase, seis arranjos onde ela não ocorre e três arranjos onde o acento é facultativo, sendo que, algumas destas enumerações vêm acrescidas de observações.

4. Gramática de Usos do Português

A proposta de Maria Helena Moura Neves, exposta na apresentação de sua *Gramática de Usos do Português Brasileiro*, foi a de compor uma gramática da língua portuguesa atual, mostrando como se explicitam as regras que regem o funcionamento desta língua, em todos os níveis; tomando como suporte para esta análise seu uso em textos reais. Por esta razão, segundo a autora:

O que está abrigado nas lições é, portanto, a língua viva, funcionando e, assim, exibindo todas as possibilidades de composição que estão sendo aproveitadas pelos usuários para obtenção do sentido desejado em cada instância. (NEVES, 2011, p. 13)

Para empreender tal objetivo a autora parte das tradicionais classes de palavras distribuindo-as em quatro grandes blocos de assuntos: parte I – a formação básica das predicções: o predicado, os argumentos e os satélites, parte II - a referência situacional e textual: as palavras fóricas, parte III – a quantificação e a indefinição e parte IV – a junção. Essa estratégia, segundo a autora visa facilitar a busca pelo leitor ou consulente comum, que não seja estudioso da língua portuguesa.

Como o assunto que se pretende explicar neste trabalho não estava referenciado no sumário desta obra, iniciamos a pesquisa analisando na quarta parte da obra a seção “A”, em que a autora trata de onze palavras tradicionalmente nomeadas como preposições. A preposição “a” é a primeira desta lista e tem suas utilizações na língua portuguesa extensamente descrita desde a página 603 até a página 624, no entanto não há menção ao uso do craseado, embora esse sintagma apareça em alguns exemplos citados pela autora.

Não alcançando êxito na primeira empreitada, partiu-se para uma segunda tentativa, com o intuito de encontrar o tema desta pesquisa, buscou-se analisar, na terceira parte da obra, as páginas que Maria Helena de Moura Neves dedica a análise dos artigos definidos. Neste trecho a autora descreve o emprego do artigo definido “a” da página 391 até a 448 e, ao tratar deste assunto, faz a seguinte referência à utilização da crase:

Encontram-se casos de emprego do **a craseado** (à) antes da palavra *casa* usada nessa acepção, emprego que talvez se deva a não percepção de que o **a craseado** implica a utilização do **artigo A**:

No seu entusiasmo de chegar À casa, como um porto franco, Evandro minimiza tempo e espaço (PRO).

Não descubra a rua, na esperança de ver a moça passar de volta À casa. (PRO - Prodígios). (NEVES, 2011, p. 441)

Esta alusão à utilização do “a” craseado é a única sistematização que a autora elabora ao longo da descrição sobre a utilização do artigo “a” na língua portuguesa, embora nos exemplos que utiliza para realizar essa descrição apareçam inúmeras vezes o emprego deste vocábulo.

5. Nova Gramática do Português Contemporâneo

O brasileiro Celso Cunha e o português Luís Filipe Lindley Cintra elaboraram a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* com um objetivo amplo de auxiliar o ensino de língua portuguesa no Brasil, em

Portugal, nos países lusófonos da África e em todos os outros países em que há o estudo deste idioma. O projeto intentou realizar uma descrição do português utilizado na contemporaneidade, levando em conta as diversas normas vigentes nos diferentes países de língua portuguesa. Assim, uma das características desta obra definida pelos seus autores em sua apresentação é a de que:

Como esta gramática pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade, particularmente do ponto de vista diatópico, uma acurada atenção se deu as diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais do idioma, sobretudo às que se observam entre a variedade nacional europeia e a americana. (CUNHA & CINTRA, 2007, p. xxiv)

A obra está estruturada em vinte e dois capítulos que versam sobre diversos temas como: fonética e fonologia, ortografia, classes de palavras, pontuação, noções de versificação, entre outros. O tema a ser tratado neste trabalho encontra situado no capítulo nove, em que os autores tratam do artigo e das combinações que podem envolver essa classe de palavras.

No subitem que descreve as formas combinadas do artigo definido encontra-se a seguinte definição para a crase: “o artigo definido feminino quando vem precedido da preposição a, funde-se com ela, e tal fusão (= crase) é representada na escrita por um acento grave sobre a vogal (à). Vou a + a cidade = Vou à cidade” (CINTRA & CUNHA, 2007, p. 221). Após definir a crase e explicar o exemplo dado os autores fazem referência à utilização do “a” craseado “como redução sintática da expressão *à moda de*”. (p. 222)

Em seguida, em uma observação, reforçam a importância do conhecimento do emprego do artigo “a” para se aplicar acertadamente o acento grave indicador da existência da crase deste com a preposição “a”, principalmente para os falantes do português brasileiro, uma vez que esses falantes “não distinguem, pela pronúncia, a vogal singela “a” (do artigo ou da preposição) daquela proveniente de crase. Convém, por isso, atentar-se sempre na construção de determinada palavra com outras preposições para se saber se ela exige ou dispensa o artigo”. (2007, p. 222)

6. Gramática Pedagógica do Português Brasileiro

Marcos Bagno (2011) divide sua obra, a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, em: livro I – epistemologia do português brasileiro; livro II – história do português brasileiro; livro III – multimídia do

português brasileiro; livro IV – lexicogramática do português brasileiro e livro V – didática do português brasileiro. Esses livros, assim chamados pelo autor, estão subdivididos em tópicos que contam sobre a história e os usos da língua portuguesa em suas 1055 páginas.

O tema proposto para esse artigo é abordado por Marcos Bagno no capítulo 19 do livro IV – lexicogramática do português brasileiro, em que o autor chama as preposições de pequenas notáveis. No léxico: *notação* vem do latim *nota sf.* que significa marca apontamento. *Notável* em Francisco da Silva Borba *et al.* (2011) significa extraordinário, enquanto *pequena adj.* significa de tamanho diminuto, limitado, de circulação reduzida. *Crase sf.* Fusão, assinalado com um *sinhal*, acento grave. *Grave*: relevante, som produzido por ondas de baixa frequência, acento de crase.

Conforme Irandé Antunes (2009) os sinais de pontuação são – *sinhais* – instruções que auxiliam o leitor na busca do significado, das intenções e dos objetivos do texto e de cada uma de suas partes. Em análise linguística “não se pode perder de vista os contextos em que a interação acontece [...] não basta que se entenda o sentido das palavras ou o valor semântico das estruturas gramaticais usadas”, segundo Irandé Antunes (2009, p. 150). Para essa autora “o recurso ao contexto de uso” é essencial para que, além do sentido, também percebamos “a interpretação da intenção pretendida”, sendo que a escola descuida da interpretação dessas ‘intenções’, como se as coisas que descrevêssemos não tivessem além de um sentido, uma intenção e uma finalidade, como postula a autora.

Sendo assim, quando analisamos o contexto de uso das preposições, temos em mente o que Marcos Bagno diz ser um trabalho pobre e minucioso oferecido pela tradição gramatical. Referindo-se a esse assunto, diz:

Tanto quanto os advérbios, as preposições têm sido alvo de muitos estudos linguísticos em tempos recentes. Sendo palavras tão importantes no funcionamento da língua, não é possível nos satisfazermos com o tratamento ao mesmo tempo pobre e minucioso oferecido a elas pela tradição gramatical. (BAGNO, 2011, p. 853)

Cabe aqui então uma pergunta: qual a utilidade para o ensino da norma padrão da preposição “a”, no tocante ao ensino do acento indicador de crase no “ã”?

Fazendo uma analogia entre a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* e a *Gramática de Bolso do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno, e refletindo sobre sua utilidade para o ensino da norma

padrão, observou-se que, publicada em 2013, a *Gramática de Bolso do Português Brasileiro* traz de maneira resumida uma série de informações que também estão na sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de 2011, entre elas um comentário que o autor faz sobre o termo lexicogramática:

para alguns estudiosos e linguistas, há ainda a divisão entre léxico e gramática. Segundo essa divisão, a língua seria composta de dois grandes conjuntos: as palavras e as regras que põem em funcionamento essas palavras. É como se dentro do nosso cérebro existissem dois grandes livros: um *dicionário*, com todas as palavras que conhecemos e seus significados e sentidos, e uma *gramática*, com todas as regras necessárias para pôr aquele dicionário em movimento. (BAGNO, 2013, p. 104)

Porém, em nosso trabalho, assim como Marcos Bagno, buscou-se escapar das armadilhas desse dualismo. O linguista Michael Alexander Kirkwood Halliday, propõe o termo lexicogramática numa recusa ao dualismo tradicional. Segundo ele, “léxico e gramática não formam dois estratos diferentes, mas os polos extremos de um *continuum* – ou seja, uma outra forma de representar o que simbolizamos” (*apud* BAGNO, 2013, p. 108). A lexicogramática se manifesta no discurso na forma de textos falados e escritos, na interação social por meio da linguagem, para Michael Alexander Kirkwood Halliday citado por Marcos Bagno “sempre com vistas a conferir sentido ao mundo por meio do conhecimento-experiência intercambiado entre os interlocutores”, que para Marcos Bagno “é essa necessidade semântico-pragmática o motor de tudo quanto fazemos com a linguagem” (*Idem, Ibidem*, p.108).

Portanto, no tocante a esse sentido semântico-pragmático é que:

a linguagem é uma nebulosa [...], onde léxico, gramática, discurso e semântica circulam, colidem, se fundem, fazem surgir novas estrelas e planetas, onde cometas brilham repentinamente para logo desaparecer, nos ininterruptos processos de criação, destruição e recriação de mundos que é nosso universo mental, que só ganha forma e conteúdo nas trocas incessantes com outros universos mentais, com outras nebulosas. (BAGNO, 2013, p. 109).

Por esse caráter nebuloso é que as classificações gramaticais da língua não devem ser tomadas como fixas e definitivas como diz Marcos Bagno. “Teorias linguísticas contemporâneas tentam mostrar que as palavras navegam pela nebulosa da língua sem respeitar fronteiras rígidas, sem se encaixar nessa ou naquela classe gramatical” (2013, p. 109), assim sendo, para esse autor as classes gramaticais não são mesmo campos fechados, “mas, sim, domínios conceituais com um centro definido e bordas fluidas, por onde as palavras podem entrar e sair sem dificulda-

de”. (2013, p. 109)

Nesse sentido, notamos que “as classes gramaticais não existem como dados da natureza, que podemos aprender pelos nossos sentidos feito uma pedra, a água, o ar, o som, um inseto, um peixe, uma célula etc.” como postula Marcos Bagno (2013, p. 111). Elas são “tentativas de aprender e categorizar aquilo que, de fato, é fluido e nebuloso”. Os estudantes e os professores também vão achar interessante saber que não existe verdade definitiva sobre a língua, como não existe verdade definitiva sobre nenhum campo de conhecimento e que é assim, que se faz ciência para Marcos Bagno.

Diante disso, percebe-se que o “a craseado” apresentava alguns problemas e um deles, segundo Marcos Bagno, é no tocante ao uso da preposição “a” e seu quase desaparecimento de nosso vernáculo o que poderia explicar as dificuldades de muitos brasileiros alfabetizados, não saberem o uso do acento indicador de crase. A hipótese do uso cada vez menos frequente dessa preposição “seria o fato de haver outros itens gramaticais na língua com a mesma realização fonética: o verbo “há” e o artigo feminino “a”” (BAGNO, 2011, p. 871). Para ele, os falantes do português brasileiro preservam o artigo “a” de altíssima frequência, substituímos o “há” por “tem” e trocam a preposição “a” por “em”, ou “para”, conforme o verbo. Esse desuso da preposição pode ser um recurso para se esquivar do uso de “à” com pronúncia de um “a” mais aberto (tônico) e outro mais fechado (átone).

A preposição “a” quando usada com o verbo “ir” com sentido de direção, é usada para indicar uma ida temporária, breve, em algum lugar, ao passo que “para” deve indicar uma permanência maior ou mais definitiva, como nos exemplos abaixo:

Ex: Amanhã vou a Maceió. - permanência

Amanhã vou para Maceió. + permanência

Em um estudo realizado por Rosane de Andrade Berlinck citado por Ataliba Teixeira de Castilho em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro* (2012, p. 591), em que essa autora pesquisou os complementos preposicionais no português paulista no século XIX, constatou-se uma diminuição da frequência da preposição “a” em favor de “para”, confirmando o prognóstico de Pontes (1992). Comparando o português brasileiro moderno com o português brasileiro do século XIX, tal como documentado nos textos de Martins Pena, Simões Lopes Neto e em anúncios de jornais, ela constatou os seguintes valores, que falam por si,

segundo Rosane de Andrade Berlinck, no *português brasileiro do século XIX* a preposição “a” era utilizada em 72% dos textos, a preposição “para” em 20% e a preposição “em” em apenas 8%, ao passo que no *português brasileiro contemporâneo* o uso da preposição “a” é utilizado em apenas 4% dos textos, a preposição “para” teve um aumento de uso significativo subindo para 74% e a preposição “em” para 22%. Percebe-se que o emprego da preposição “a” teve uma queda de uso bastante significativa nesse espaço de tempo, o que vem comprovar o seu declínio, ou menos permanência no vernáculo.

O declínio do “uso da preposição ‘a’ e sua reserva para as manifestações mais monitoradas fazem com que a preposição seja considerada uma opção elegante, gerando construções como: televisão a cores, entrega a domicílio [...]” (BAGNO, 2011, p. 870) entre outros, condenadas pelos “puristas que não percebem que são frases feitas e que se trata de fenômenos de hipercorreção”, segundo Marcos Bagno. (*Ibid.*, p. 871)

Destarte, no ensino do “a” craseado podemos perceber alguns problemas como o risco de ambiguidade na frase: *Recomendei a cozinheira à empresa*, que poderia ser interpretada como: *Recomendei à cozinheira a empresa*. Por isso, a maior probabilidade de ocorrência de: *Recomendei a cozinheira para a empresa*. Ou *Recomendei para a cozinheira a empresa*. (BAGNO, 2011 p. 871)

Marcos Bagno (2011) nos diz que a nossa dificuldade no uso do acento indicador de crase está no campo da fonética, nos estudos dos sons da língua, porque no português europeu existem dois sons bem definidos e diferentes representados pela letra “A”. Um “A” exclusivo do português de Portugal e que não é encontrado no português brasileiro. É um “a” fechado central e átono, nunca ocupa a sílaba tônica. Na fala dos brasileiros o “a” tônico e o “a” átono tem pronúncia idêntica.

Brasil: batata – acaba com “a” tônico

Portugal: batata – acaba com “a” átono

Marcos Bagno expõe que “é espantoso, mas um simples rabisco de menos de um decímetro pode ser investido de um tremendo poder simbólico numa sociedade tão desigual e hierarquizada como a nossa” (2011, p. 873). No português brasileiro a pronúncia do “a” sem acento e a do “à” acentuado não tem diferença audível, a não ser na pronúncia exagerada e artificial de algumas pessoas, por exemplo: “Pedro chegou ààààà casa de Paulo àààààs dez horas da noite”. Nesse caso, segundo esse autor desfaz-se o fenômeno fonético da crase, ao tentarmos separar

os dois “a” que sofreram contração. E é o que acontece com o “mãs” com nasalização inventada.

O português brasileiro faz parte das línguas que compõem o grupo português, deveria ter o seu reconhecimento nos embates políticos numa época que se prega o conceito de lusofonia, onde se tenta apagar as profundas diferenças linguísticas que existem entre as línguas, segundo Marcos Bagno (2011). Depois da “recente unificação ortográfica do “português” – vantajosa sob diferentes aspectos – é um entrave a mais para a adoção de normas ortográficas distintas, baseadas na fonologia específica de cada língua da família” (BAGNO, 2011, p. 874).

Devido a esse entrave, para Marcos Bagno, ainda é preciso ensinar os empregos da *preposição* “a” em textos mais monitorados, contudo sem reprimir os **usos** já consagrados de outras preposições com verbos do tipo *ir, vir, chegar, dirigir-se, dar* etc., no trabalho de educação linguística. Enfim, ensinar a regra meramente ortográfica do uso do acento indicador de crase.

Marcos Bagno apresenta algumas sugestões para o ensino do “a craseado”, uma que considera as explicações para esse ensino ainda são confusas, além de se basearem em teorias gramaticais ultrapassadas, já que geralmente não se separam os textos segundo a variação estilística, não distinguindo *fala mais espontânea com escrita mais monitorada*. São exemplos pouco felizes e pouco didáticos, para Marcos Bagno: “*Fui à casa de Marta*” ou “*Antonia vai às compras*”. Porque quase ninguém fala assim hoje em dia, sendo frequente o uso: “*Fui na/para a casa de Marta*” e “*Antonia foi fazer compras*” (2011, p. 874).

Marcos Bagno postula que podemos fazer um bom trabalho usando “textos autênticos, nos valendo de textos que circulam em sala de aula, como por exemplo, os livros indicados para a leitura dos alunos, os textos literários, ou textos dos livros didáticos utilizados na escola” (2011, p. 874). Depois que se faz a leitura, sugere-se um projeto de pesquisa em torno de diversas questões gramaticais, como no nosso caso o emprego do acento indicador de crase.

A proposta desse autor seria inicialmente realizar um exercício que seguiriam os seguintes critérios:

Num primeiro momento o aluno assinalaria ao longo do texto todas as ocorrências de “à” e “às”. Para realizar esta atividade os alunos poderiam utilizar o caderno ou computador para transcreverem as ocor-

rências, no entanto deveriam copiar também o *cotexto* em que elas aparecem, copiando todo o período. O autor utiliza como exemplo, não copiar simplesmente: “à janela”, mas sim “Isabel apareceu à janela do palácio e dirigiu um belo sorriso à multidão”.

Marcos Bagno acredita que dessa forma pode-se levar os alunos a deduzir as *regras de uso* do acento indicador de crase: investigando o contexto sintático maior em que o acento vai aparecer (BAGNO, 2011). Após terminar essa primeira fase o autor sugere que se faça uma pergunta direcionada à pesquisa:

“Observem na lista as palavras que vêm logo depois de à/às. O que elas têm em comum?” (2011, p. 875).

Segundo Marcos Bagno, após um momento de reflexão devem surgir resposta como: “são todas palavras femininas” ou algo parecido, deste caso deve-se confirmar e parabenizar o/a aluno/aluna que realizou a descoberta, para poder assim dividir uma parcela de conhecimento com os/as alunos/alunas, que seria a “regra básica do uso do acento indicador de crase: Só se usa à/às diante de palavras femininas” (BAGNO, 2011, p. 875). Com o ensino/aprendizagem dessa regra diminui-se, segundo o autor, a maior parte dos problemas e dúvidas quanto ao uso do “a craseado”.

A proposta apresentada por Marcos Bagno em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2011) encerra-se nesta atividade, no entanto em sua publicação mais recente, *Gramática de Bolso do Português Brasileiro* (2013), encontra-se uma continuidade para essa proposta, que consiste na continuidade do trabalho de análise linguística com a seguinte pergunta e esclarecimentos: Por que a preposição “a” ocorre nessas construções? Segundo o autor, durante essas explicações se faz necessário “deixar claro para os alunos que a preposição *a* constitui uma espécie de fóssil linguístico na nossa gramática, uma ‘antiguidade’ pouco usada que está cedendo lugar a inovações” (BAGNO, 2013, p. 323) .

Para Marcos Bagno (2013, p. 323) “aqui entramos também no domínio da *regência verbal e nominal*. A preposição “a” aparece introduzindo os complementos de determinados *verbos e nomes* (substantivos e adjetivos)”. No caso dos verbos essa preposição vem sendo substituída, no português brasileiro, por “para” e “em”, como já vimos. Nesse caso, quando ocorrer a preposição “a” diante de nomes masculinos, deve-se ajudar os alunos a recolher os verbos e nomes cuja regência leva ao emprego da preposição “a” e logo após substituir o complemento por um

nome no feminino, com a finalidade de evidenciar a necessidade da escrita do acento. Utiliza como exemplos:

Dirigiu-se ao público = dirigiu-se à plateia.

Deu o presente ao pai = deu o presente à mãe.

Para o autor é importante ressaltar que mesmo diante de palavras femininas é possível ocorrer à preposição “a” sem o acento indicador de crase, isso pode ocorrer com os complementos no *plural* em que não se empregado o artigo feminino: São exemplos dessa ocorrência:

1. Não estou me referindo *a* essas questões
2. Chegamos *a* conclusões definitivas

Marcos Bagno (2013) também sugere perguntar aos alunos e professores *por que não se usa* o acento indicador de crase. É uma maneira de reforçar a descoberta já feita de que ele só se emprega diante de palavras femininas. Marcos Bagno afirma, ainda, que:

esse trabalho de pesquisa é a forma mais adequada de promover a *educação linguística*, não só dos alunos mas também dos professores, de orientá-los e nos orientar para a construção de seu próprio conhecimento do funcionamento da língua e de mostrar aos alunos que a gramática da língua é um objeto de pesquisa científica, tanto quanto qualquer objeto de qualquer outra ciência. (BAGNO, 2013, p. 323)

7. *Considerações finais*

Considera-se que a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* foi a fonte principal para a pesquisa deste trabalho e a *Gramática de Bolso do Português Brasileiro*, como uma versão muito sintética da *Gramática Pedagógica* nos deu suporte preciso nesse tema e à qual é dependente, em boa medida, de sua fonte primária (GPPB) como afirma Marcos Bagno (2013).

Refletindo sobre a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* e *Gramática de Bolso do Português Brasileiro*, ambas de Marcos Bagno, e sobre sua utilidade para o ensino da norma padrão, assim como tentando averiguar qual sua validade como suporte de ensino, como também analisando suas gramáticas no contexto de outras gramáticas no tocante ao ensino do acento indicador de crase, entendeu-se que foi imperioso a análise das gramáticas de Marcos Bagno para a compreensão do tema abordado, como também são riquíssimas suas contribuições para o encaminhamento da análise linguística a ser mediado pelo professor, des-

sa forma, recomenda-se a utilização destas como suporte nos trabalhos de sala de aula.

Tal recomendação se baseia na análise feita a partir da abordagem destas gramáticas e das outras examinadas neste trabalho a respeito do emprego do “a” craseado, em que se verificou que a *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves, apesar de realizar uma extensa descrição do português contemporâneo, não sistematiza o uso do “a” craseado nem mesmo quando este é utilizado em seus exemplos; que a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, utiliza uma diferenciação fonética, que não existe no português brasileiro, para conceituar o “a” craseado; e que as gramáticas de Marcos Bagno são as únicas que se dirigem especificamente ao professor, apontando sugestões de trabalho com este item gramatical, além de realizarem uma discussão abrangente e profunda sobre o tema.

Concorda-se, ainda com Marcos Bagno (2009) quando diz que são danosas as repercussões quanto à opinião de alguns no tocante à língua e ao ensino de língua, transformando em rematadas inverdades:

- 1 “os linguistas são favoráveis ao vale-tudo da língua”- mentira!
- 2 “eles apregoam a inutilidade do conhecimento da tradição normativa” – balela!
- 3 “os linguistas defendem o uso da ‘linguagem popular’ ou ‘caipira’ em todas as instâncias de interação social falada ou escrita” – calúnia!
- 4 “eles negam a necessidade de aprendizado, por parte das classes desfavorecidas, das prestigiadas de falar e de escrever” –lorota!
- 5 “os linguistas aplaudem o uso irrefreado de termos estrangeiros no cotidiano” – piada de mau gosto!
- 6 “os linguistas recomendam jogar no lixo todas as gramáticas e dicionários” – conversa fiada! (p. 20)

Enfim, para Marcos Bagno (2011) e em especial Antunes (2009), no trabalho de educação linguística o uso das preposições “sinalizam relações semânticas muito diferentes e têm um enorme peso no sentido do que dizemos” (p. 134). Na escola, é preciso não se deixar embriagar pelo seu conteúdo, pois a mesma tem sido mestra nisso: “tapeia-nos com os rótulos que têm as coisas da linguagem e nos priva de saborear seu gosto e provar do seu fascínio”. (ANTUNES, 2009, p. 134)

E assim tem-se a língua como faculdade mais poderosa, o principal meio de apreensão da realidade e de intervenção nessa mesma reali-

dade, vivemos mergulhados na linguagem, não podemos viver fora dela, estamos imersos na língua como os peixes na água, para Marcos Bagno ela é formada por um conjunto de sistemas: “LINGUAGEM = Léxico + Gramática + Discurso + Semântica: circulam, colidem se fundem” (BAGNO, 2011).

Fundamental também segundo esse autor é que a escola possibilite a seus aprendizes leitura, escrita e letramento que abrem portas de incontáveis mundos discursivos, e é por meio da escolarização institucionalizada que esses aprendizes não tenham só o que dizer. Para Marcos Bagno e Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira é preciso saber dizer o que se tem a dizer, ou seja, “saber usar os múltiplos recursos que a língua oferece para a interação social” (BAGNO, 2011, p. 76), senão “encontraremos indivíduos que não sabem se expressar: nem dizer, nem escrever, nem pintar, nem desenhar, nem esculpir, nem dançar, nem representar, nem tecer, nem pensar. Somente falar” (OLIVEIRA, 2011, p. 58). Tendo isso em mente, sabemos que a função da escola é fazer com que esse aprendente saiba dizer e não apenas comunicar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. 9. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. *Gramática de bolso do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2013.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BORBA, Francisco da Silva et al. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Piá, 2011.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2012.

_____. *Gramática de usos de português*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de. *A gramática de Dionísio Trácio e seus contrapontos semânticos*. Campo Grande: Oeste, 2011.